

# COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

## REQUERIMENTO Nº                      , DE 2013 (Do Senhor Vanderlei Macris)

Requer a convocação do ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, **Sr. Jorge Hage**, para prestar esclarecimentos sobre as providências adotadas por aludido órgão na apuração das denúncias de supostas irregularidades praticadas pelo ex-Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego Paulo Roberto dos Santos Pinto, nas duas oportunidades em que ele ocupou o cargo.

**Senhor Presidente,**

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para convocar o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, **Sr. Jorge Hage**, para prestar esclarecimentos sobre as providências adotadas por aludido órgão na apuração das denúncias de supostas irregularidades praticadas pelo ex-Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego Paulo Roberto dos Santos Pinto, nas duas oportunidades em que ele ocupou o cargo.

### JUSTIFICAÇÃO

Foram amplamente veiculadas pela imprensa brasileira matérias dando conta da virtual prática de irregularidades pelo ex-Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Paulo Roberto dos Santos Pinto, supostamente em conjunto com outros servidores da Pasta.

O ex-Secretário-Executivo Paulo Pinto, de acordo com que apontam as notícias, já havia ocupado o cargo na gestão de Carlos Lupi, e teria sido afastado, naquela ocasião, por suspeita de irregularidades.

Eis o teor de algumas dessas reportagens, transcritas em sua íntegra:

**“ESTADÃO/Nacional – 09/09/2013**

***Ação da Polícia Federal atinge número 2 do Ministério do Trabalho***

**Secretário executivo da pasta foi conduzido coercitivamente e depôs sobre esquema que teria desviado R\$ 400 mi dos cofres públicos**

09 de setembro de 2013 | 23h12

Fábio Fabrini e Marcelo Portela - O Estado de S. Paulo - Brasília e Belo Horizonte

Uma operação da Polícia Federal desbaratou nesta segunda-feira, 9, esquema que pode ter causado prejuízo de mais de R\$ 400 milhões aos cofres públicos federais, estaduais e de municípios de 11 Estados e do Distrito Federal por meio de fraudes em contratos para prestação de serviços e realização de obras. Em Brasília, o secretário executivo do Ministério do Trabalho, Paulo Roberto dos Santos Pinto, foi conduzido coercitivamente à PF, ouvido e liberado.

Paulo Roberto era secretário executivo da pasta na gestão de Carlos Lupi (PDT) e voltou ao cargo na gestão do atual ministro, Manoel Dias. Foi ainda ministro interino da pasta entre dezembro de 2011 e maio de 2012. Na lista de envolvidos ainda estão Anderson Brito, assessor de Dias; o presidente do Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania (IMDC), Deivson Oliveira Vidal; Simone Vasconcelos, ex-diretora financeira do empresário Marcos Valério e condenada no mensalão; além de servidores públicos, empresários e ex-prefeitos.

O ministério divulgou nota no início da noite informando que Brito e outro servidor da pasta foram exonerados, mas o secretário executivo permanece no cargo.

O coordenador de Operações Especiais da Controladoria-Geral da União (CGU), Israel José Reis Carvalho, afirmou que já foi identificada movimentação de R\$ 200 milhões nas contas do IMDC nos últimos cinco anos. "Desses R\$ 200 milhões, já avaliamos R\$ 70 milhões. E desses, R\$ 55 milhões é prejuízo garantido."

O presidente da IMDC, Deivson Vidal, amealhou patrimônio que inclui mansão, carros de luxo e várias empresas. Num banco, teria R\$ 6 milhões.

Paulo Roberto e Simone prestaram depoimento e foram liberados em seguida, enquanto os demais foram presos. Ao todo, a Justiça Federal em Minas Gerais expediu 101 mandados, sendo 25 de prisão temporária, 12 de condução coercitiva, 44 de busca e apreensão e 20 de sequestro de bens. Até o fim da tarde de ontem a PF não havia conseguido cumprir três mandados de prisão e um de condução coercitiva.

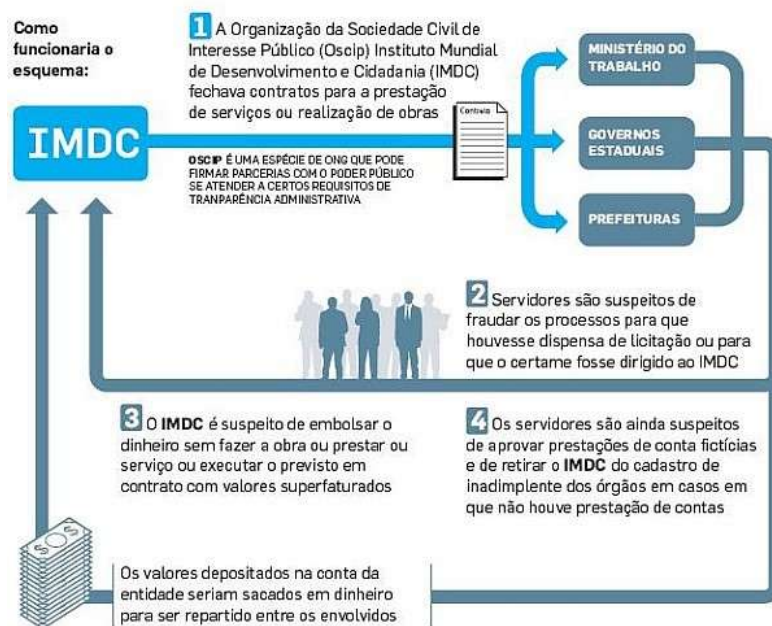
Durante a Operação Esopo, 240 agentes apreenderam cerca de R\$ 500 mil em dinheiro, carros de luxo e um helicóptero. "Tudo fruto do dinheiro fácil, que deveria necessariamente atender à população carente", disse o coordenador da operação, delegado Marcelo Freitas.

As buscas e apreensões foram feitas no próprio ministério, no Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene) e na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Segundo a PF, Paulo Roberto teria favorecido o IMDC ao determinar que a CGU o retirasse do cadastro de impedidos de contratar com o setor público. A assessoria da pasta disse ontem que Paulo Roberto não falaria.

Anderson Brito, assessor de Manoel Dias, é suspeito de receber propina para cuidar dos interesses da entidade no ministério. Segundo a PF, ele procurou a corporação em Minas para denunciar suposta ameaça de morte. "Posteriormente, aquele que o ameaçava confessou ter sido contratado por Deivson Vidal para reaver a importância de R\$ 200 mil, paga em toca de 'serviços' que, ao final, não se concretizaram", diz o relatório da Polícia Federal.

#### OPERAÇÃO ESOP

● Operação da Polícia Federal sobre desvios de verbas no Ministério do Trabalho em 11 Estados e no Distrito Federal prendeu 22 pessoas



**Propina.** Segundo a PF, as escutas revelam o 'esforço' do assessor em fazer com que a entidade fizesse parcerias com a pasta. A entidade investigada, prossegue, assediava agentes públicos, não raro mediante o pagamento de propina, para obter recursos públicos. Depois, superfaturava os serviços ou sequer os prestava.

A PF afirma haver indícios de fraude em todas as contratações da entidade.

‘Uma vez firmado o contrato, os serviços não eram prestados ou prestados em valores absolutamente superfaturados, permitindo

um lucro aos dirigentes da Oscip que retornava em forma de propinas a prefeitos ou servidores públicos’, afirmou o delegado. ‘Há convênios em que 100% dos recursos foram desviados.’”

**“Veja Online - 10/09/2013**

### **Operação Esopo**

**Alvo de ação, assessor havia sido demitido por suspeita de fraude**

***Afastado pelo ex-ministro Brizola Neto (PDT), Anderson Brito havia voltado ao cargo pelas mãos de Manoel Dias (PDT)***

Polícia Federal apreendeu 500.000 reais, moedas estrangeiras, aeronaves, carros, joias, relógios e drogas durante a Operação Esopo (Divulgação)

Alvo da Operação Esopo da Polícia Federal, o assessor Anderson Brito foi readmitido pelo ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias (PDT), depois de ser dispensado, na gestão anterior, por suspeita de beneficiar o Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania (IMDC).

Titular do ministério até março, o ex-ministro Brizola Neto (PDT) disse nesta segunda-feira que havia demitido Brito ao detectar suposta operação para direcionar os recursos de um convênio à entidade.

Segundo Brizola, o favorecimento ao IMDC começou quando o ministério firmou convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para qualificar profissionais necessários aos serviços da Copa do Mundo 2014.

Cerca de 22 milhões de reais chegaram a ser repassados à instituição. As regras da parceria previam, contudo, que a universidade deveria terceirizar os serviços a uma entidade ou empresa. O ex-ministro explica: "Nós demitimos, exoneramos, porque justamente pairava sobre ele a suspeita de estar induzindo o reitor da UFJF a fazer um edital completamente equivocado, que, na prática, direcionava um convênio para esse instituto, o IMDC. Cancelamos [o convênio], a universidade devolveu o dinheiro, e demitimos. Para minha surpresa, o Anderson foi readmitido".

**Denúncias** - O ex-ministro Carlos Lupi pediu demissão em dezembro de 2011, em meio a denúncias de irregularidades no ministério. Interinamente, ficou em seu lugar o número 2, Paulo Pinto. Brizola o sucedeu em maio de 2012, mas, sem poder no PDT, deu lugar a Manoel Dias, apadrinhado de Lupi. Em troca,

o partido daria apoio à presidente Dilma Rousseff em 2014. Dias reassumiu a chefia do ministério em março passado e reabilitou Paulo Pinto, embora a CGU já apontasse o envolvimento dele em irregularidades. Brizola disse ter ficado surpreso com o volume de recursos sob suspeita de desvio. "Agora está mais claro quais eram as divergências que eu tinha com o Lupi e com a direção do PDT. Uma das questões importantes, quando eu assumi, era colocar o Paulo Pinto como secretário. Não tinha como compactuar com aquelas suspeitas que pairavam sobre ele. Agora, a gente está vendo o resultado", disse o ex-ministro.

O reitor da UFJF, Henrique Duque de Miranda, disse que as regras do edital foram sugeridas pelo ministério e que, após solicitação, a universidade concordou com o cancelamento da parceria. Segundo ele, a terceirização não era de interesse da instituição, que não tinha, naquele momento, condições de executar as atribuições previstas.

A reportagem não conseguiu contato com Lupi e Paulo Pinto. Também não conseguiu localizar o advogado de Anderson Brito. Apesar da expectativa de que Paulo Pinto pedisse afastamento do cargo, ele permaneceu na função.

## **Operação Esopo**

### **Secretário do Ministério do Trabalho depõe na PF**

#### ***Paulo Roberto dos Santos é o segundo na hierarquia da pasta***

O secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Paulo Roberto dos Santos Pinto (PDT), foi conduzido nesta segunda-feira para prestar depoimento na Polícia Federal (PF) sobre suspeitas de irregularidades em convênios da pasta com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) de Minas Gerais. A ação faz parte da Operação Esopo, deflagrada nesta manhã pela Receita Federal, em conjunto com a PF, Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União. Segundo a assessoria do ministério, o secretário-executivo já foi liberado. Paulo Roberto dos Santos Pinto é o segundo na hierarquia do ministério, logo abaixo do ministro, Manoel Dias (PDT).

Agentes da PF também cumpriram mandados de busca e apreensão na sede do ministério, onde chegaram por volta das 7 horas e fecharam o terceiro andar, onde fica a Secretaria de Políticas de Empregos. Três horas depois, saíram levando documentos para a investigação. O delegado da PF Eduardo Izel, responsável pela ação, não forneceu detalhes sobre as investigações. O Ministério do Trabalho diz que aguarda o pronunciamento da PF para se

manifestar. Há informação de que outros dois servidores da pasta também estariam sendo investigados.

**Operação** – A ação da PF apura indícios de diversos crimes, incluindo fraude à licitação, corrupção, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Estão sendo cumpridos 25 mandados de prisão e 44 mandados de busca e apreensão em empresas, órgãos públicos e residências. Na semana passada, oito pessoas foram presas na Operação Pronto Emprego, que investiga desvio de 18 milhões de reais em convênio do MTE. O ministério emitiu nota informando que "determinou a suspensão de repasses de recursos financeiros à entidade investigada e a abertura de auditoria nos convênios", entre outras medidas.

Disponível em:

<<http://veja2.abril.com.br/assets/images/2013/9/173058/Brasil-policia-federal-operacao-esopo-20130909-03>>.

#### **“Jornal ‘O Globo’ online – 10.09.2013**

#### **Gravações obtidas pelo GLOBO revelam tráfico de influência na cúpula do Ministério do Trabalho**

- Diálogo mostra subsecretário informando a empresário que o nome da Oscip já foi retirado da lista que a impedia de receber recursos públicos
- Segundo a PF, Deivson pagou R\$ 300 mil para Fernando Decnop excluir o IMDC do cadastro da Controladoria Geral da União

BELO HORIZONTE - Gravações de grampos telefônicos da operação da Polícia Federal que desbaratou um esquema de desvio de recursos públicos do Ministério do Trabalho, obtidas com exclusividade pelo GLOBO, revelam tráfico de influência na cúpula da pasta. Os áudios mostram que o presidente da Oscip Instituto Mundial do Desenvolvimento e Cidadania (IMDC), Deivson Oliveira Vidal, tratava diretamente com servidores do alto escalão do ministério.

A operação Esopo, deflagrada ontem em 11 estados e no Distrito Federal, desmantelou uma organização criminosa que desviava verbas do ministério, a partir de licitações forjadas, em conluio com o IMDC. A entidade recebeu da pasta R\$ 400 milhões nos últimos cinco anos. A maior parte foi desviada.

Nos diálogos, os investigados falam sobre a exclusão da entidade do cadastro da CGU de impedidos de celebrar convênios com o governo federal.

Um dos flagrados operando para a entidade dentro do ministério foi o então subsecretário de Planejamento, Orçamento e

Administração da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho, Antônio Fernando Decnop Martins.

Preso em Brasília, Decnop estava lotado atualmente no cargo de coordenador geral de Recursos Logísticos da Diretoria de Administração e Gestão da Funai. De acordo com as investigações, Deivson pagou uma propina de R\$ 300 mil para Decnop usar sua influência na pasta e conseguir que a entidade fosse retirada da lista de impedidos da CGU.

Num diálogo gravado pela PF em 13 de abril de 2012, com autorização da Justiça, Decnop afirma a Deivson que o documento será assinado por “Paulo” — identificado pela PF na transcrição como o então ministro interino Paulo Roberto Pinto, hoje secretário-executivo do Ministério do Trabalho.

FERNANDO DECNOP - Alô, Deivson.

DEIVSON VIDAL - Tá bom, Fernando?

FERNANDO - Tudo bom, irmão? Acho que hoje a gente libera pra dar baixa, tá? Pra mandar dar baixa, tá? Me liga mais tarde um pouquinho que eu fiquei de confirmar isso.

DEIVSON - Eu ontem conversei lá embaixo...

FERNANDO - Hã?

DEIVSON - Tá na mesa do Manoel Eugênio. Nem mexeu na pasta ainda.

FERNANDO - É, mas ele te respondeu o documento ou não?

DEIVSON - Não.

FERNANDO - É. O Ministro vai te responder hoje, tá?

DEIVSON - E tá lá embaixo pro...Eu liguei lá agora... Eles: “Não, tá na mesa do Manoel Eugênio. Ele nem começou a analisar”.

FERNANDO - Eu tô sabendo, mas ele já recebeu o documento também lá, entendeu? Eu acho que...eu acho que aquilo ali que a gente tem que fazer o PAULO (Paulo Roberto Pinto, então ministro interino do Trabalho) vai pegar. Liberando isso hoje, você tira, pelo menos, e aí a gente vê depois o negócio de liberação semana que vem, tá bom?

DEIVSON - Então tá joia, Fernando.

FERNANDO - Mas tem que tirar sua INADIMPLÊNCIA. Tá bom?

DEIVSON - É. Primeira coisa é isso aí.

FERNANDO - Isso aí é a primeira coisa. Mandou tirar isso, semana que vem a gente vê o resto, tá bom irmão?

DEIVSON - Combinado, então.

Em 20 de abril, nova conversa: o empresário mineiro recebe de Antônio Fernando Decnop a notícia que tanto esperava.

FERNANDO - Fala autoridade! Acordando tarde, hein, cara! Vou cortar seu ponto aí, cara!

DEIVSON - (ininteligível). Eu tava numa reunião.(risos)

FERNANDO - Tô brincando. Ó, tá resolvido, tá?

DEIVSON - Sério?

FERNANDO - Tá tudo assinado. O chefe assina agora. Falei com ele ontem à noite. Ele me mandou subir agora, dez e meia, pra ele. Já deve tá lá, tá. Aí, dá baixa. Tá bom? Aí, depois de ele ver... “Não, você não acha nada!” Porque ele determinou na minha frente que o secretário levasse na mão dele, tá?

DEIVSON - Entendi.

FERNANDO - Ele ligou e falou assim: “Eu quero isso aqui amanhã de manhã na minha mão pra liberar”. Tá bom? Como eu pedi... Ou seja, com a nota técnica. Já tava pronta, já. Quem te informou, informou errado. Aí, é sacanagem com o cara também, porque já tava pronta, entendeu? Tá?

DEIVSON - Entendi.

FERNANDO - Só faltava o secretário dele assinar, e já assinou. Tá bom, irmão? Só pra você saber. Hoje sai isso.

DEIVSON - Aí, deixa eu perguntar uma coisa pra você. Aí, como é que funciona a questão da CGU? Você sabe, Fernando?

FERNANDO - Não, é imediato. Deu baixa, aí eles já vão notificar a CGU que já tá dado baixa, tá?

DEIVSON - Mas quem que notifica?

FERNANDO - Não, o Controle Interno nosso avisa que deu baixa, tá?

DEIVSON - Então tá?

FERNANDO - Tá bom? E o sistema dá baixa também. Tá bom?

DEIVSON - Então, tá bom. Obrigado, Fernando.

FERNANDO - Fica tranquilo. Um abraço aí pra você. Um bom final de semana. Tchau!

DEIVSON - Pra você também. Obrigado!

A exclusão do IMDC do cadastro da CGU ocorreu, de fato, no dia 24 de abril daquele ano, dias depois do diálogo acima. A CGU confirmou ao GLOBO que o IMDC havia sido impedido de receber recursos públicos em função de um pedido do próprio Ministério do Trabalho no dia 27 de fevereiro de 2012. Mas, dois meses depois, no dia 23 de abril, segundo a CGU, o “MTE solicitou a exclusão da Oscip” do cadastro “sob a alegação de que os problemas antes identificados haviam sido plenamente superados. Por essa razão, a CGU procedeu à exclusão”, diz texto enviado ao GLOBO pela CGU.”

Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/gravacoes-obtidas-pelo-globo-revelam-traffic-de-influenca-na-cupula-do-ministerio-do-trabalho-9898985>>.

Diante da grande repercussão alcançada pelo assunto, o Ministério do Trabalho e Emprego veiculou a seguinte nota:

#### “NOTA OPERAÇÃO ESOPPO

Considerando as informações relacionadas à “Operação Esopo”, da Polícia Federal, o Ministério do Trabalho e Emprego esclarece que:

1 - Tendo em vista que o processo tramita em caráter sigiloso, foi encaminhado ao diretor geral da Polícia Federal ofício solicitando informações a cerca das investigações referentes à operação, objetivando a instrução da competente apuração disciplinar. Foi enviado Aviso ao Advogado Geral da União,



solicitando o acompanhamento pelos respectivos órgãos de representação judicial nos estados;

2 - Em relação aos funcionários envolvidos na operação, foram exonerados dos cargos comissionados que ocupavam e será determinada a abertura de Processos Administrativos Disciplinares para apurar os fatos no âmbito do MTE;

3 - Quanto ao secretário-executivo, o mesmo prestou depoimento e retornou às suas atividades no Ministério;

4 - Não há convênio vigente celebrado diretamente entre o MTE e a entidade investigada. Quantos aos demais convênios citados na investigação, celebrados com municípios e estados, serão suspensos.

Ministério do Trabalho e Emprego

Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/nota-operacao-esopo.htm>>.

Ainda na data de 10 de setembro do corrente ano, foram publicadas as notícias a seguir:

“Jornal ‘O Globo’ online

10/09/2013 16h05 - Atualizado em 10/09/2013 16h35

**Secretário-executivo do Trabalho pede demissão, diz ministro**

***Paulo Roberto Pinto é investigado em operação da PF sobre desvios. Segundo ministro Manoel Dias, número dois da pasta se diz inocente.***

**Camila Bomfim** Da TV Globo

O secretário-executivo do Ministério do Trabalho, Paulo Roberto Pinto, número dois da pasta, pediu demissão na manhã desta terça-feira (10), informou o ministro Manoel Dias.

Ministro interino entre dezembro de 2011 e abril de 2012, Paulo Roberto Pinto é um dos investigados pela Polícia Federal na Operação Esopo, que apura desvio de recursos públicos e nesta segunda-feira (9) levou à prisão 22 pessoas, 15 das quais em Minas Gerais.

Segundo o ministro Manoel Dias, o secretário se diz inocente e afirmou que tomou a decisão de deixar o cargo em uma conversa com o próprio Dias, a fim de não provocar "constrangimentos".

O ministro disse que pretende substituir o auxiliar – filiado ao PDT, partido que tem o controle do ministério – por um técnico. "Tento escolher um técnico para ocupar a secretaria-executiva do ministério. Ainda estou consultando os órgãos de controle para escolher um nome", declarou.

Nesta segunda-feira, Paulo Roberto Pinto foi levado pela Polícia Federal para prestar depoimento e liberado em seguida.

Segundo a PF, o suposto esquema de desvio de verbas públicas funcionava com a participação do Instituto Mundial do Desenvolvimento e da Cidadania, uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) e envolvia empresas, pessoas físicas, agentes públicos, prefeituras, governos estaduais e ministérios do governo federal. De acordo com a PF, o instituto era uma entidade de fachada contratada para realizar projetos superfaturados e que não eram executados.

Para o delegado Marcelo Freitas, da Polícia Federal de Minas Gerais, o secretário-executivo atuava para facilitar as atividades do Instituto Mundial do Desenvolvimento e da Cidadania no ministério.

O ministro Manoel Dias afirmou que, após a Operação Esopo, vai pedir a contratação temporária de funcionários para reforçar a equipe que está fazendo um mutirão para verificar a legalidade dos convênios de organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) com a Secretaria de Relações do Trabalho, órgão do ministério.

### **Servidores presos**

Na noite desta segunda-feira (9), Anderson Britto, assessor do ministro do Trabalho, Manoel Dias, se entregou à Polícia Federal, na sede do órgão, em Brasília, e foi preso. Ele era considerado foragido e ficará detido no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

Britto também é investigado pela operação Esopo. Antes dele, outros dois servidores já tinham sido presos - Geraldo Riesenbeck, coordenador de contratos e convênios da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, e Antonio Fernando Decnop, ex-diretor da Controladoria Geral da União (CGU), que trabalhava na Fundação Nacional do Índio (Funai).

“G1 - 10/09/2013 18h05- Atualizado em 11/09/2013 11h48

Ex-secretário pediu à CGU retirada de Oscip de lista de inadimplentes, diz PF

Pinto esteve à frente do Ministério do Trabalho, interinamente, por 6 meses. Ele pediu demissão nesta terça, após prisões da Operação Esopo.

### **Pedro Ângelo e Raquel Freitas. Do G1 MG**

Um documento assinado pelo ex-ministro interino do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Paulo Roberto Pinto, pede a retirada do Instituto Mundial de Desenvolvimento e Cidadania (IMDC), investigado pela Polícia Federal, de uma lista de inadimplentes da Controladoria Geral da União (CGU). A solicitação, datada de 23 de abril de 2012, consta do relatório das apurações da Operação Esopo, que culminou na prisão de 22 pessoas, entre elas o presidente da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) IMDC, Deivison Oliveira Vidal, e servidores do MTE.

#### **saiba mais**

#### **Secretário-executivo do Trabalho pede demissão**

No documento, Pinto afirma que houve “plena superação dos problemas identificados” em relação ao instituto. Segundo a Polícia Federal, o pedido foi feito pelo então ministro depois de articulações dentro e fora do Ministério do Trabalho e Emprego.

A Sua Excelência o Senhor  
JORGE HAGE SOBRINHO  
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União  
Brasília - DF

Senhor Ministro,

1. Cumprimentando-o cordialmente, reporto-me ao Aviso Ministerial Nº 054/2012-GM/MTE, de 27.02.2012, que respondeu ao Aviso-Circular nº 001/2012/GM/CGU-PR, de 08.02.2012, para, nos termos do Decreto nº 7.592/2011, considerando a plena superação dos problemas identificados, solicitar a Vossa Excelência que determine a exclusão dos convênios SICONV Nº 723.016/2009 e 752.331/2010, celebrados por este Ministério do Trabalho e Emprego e a entidade Instituto Mineiro de Desenvolvimento - IMDC, CNPJ: 21.145.289/0001-07, do Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas - CEPIM

2. Sem mais para o momento, apresento meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO  
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego - Interino

#### **Documento mostra que ex-secretário pediu retirada instituto de inadimplentes da CGU. (Foto: Reprodução/ Polícia Federal)**

Pinto, que pediu demissão na tarde desta terça-feira (10) do cargo de secretário-executivo da pasta, esteve à frente do ministério, interinamente, de dezembro de 2011 a maio de 2012, período em que a Polícia Federal gravou diversas ligações entre servidores do MTE e integrantes da Oscip. O ex-secretário-executivo se diz inocente e alega que sempre agiu "de acordo com os princípios éticos". Veja abaixo a íntegra da nota divulgada por Paulo Roberto Pinto.

Alguns destes telefonemas entre Deivison Vidal e o ex-subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do ministério, Antônio Fernando Decnop Martins, também foram gravados. O **G1** teve acesso ao áudio (ouça ao lado). Nos diálogos, os investigados falam exatamente sobre a exclusão da entidade do cadastro da CGU, que impede as entidades de celebrar convênios com o governo federal. No relatório da PF constam também chamadas entre integrantes do IMDC e Anderson Brito Pereira e Geraldo Riesenbeck – servidores que foram detidos e tiveram a exoneração do ministério publicada nesta terça-feira (10).

Segundo as apurações, eles também são suspeitos de usar os cargos para beneficiar o instituto. São citados ainda no relatório da investigação a diretora de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, Ana Paula da Silva, e o coordenador Geral de Contratos e Convênios, Manoel Eugênio Guimarães de Oliveira. A PF diz que o suposto esquema de desvio de verbas públicas funcionava com a participação do IMDC e envolvia empresas, pessoas físicas, agentes públicos, prefeituras, governos estaduais e ministérios do governo federal. De acordo com a PF, o instituto era uma entidade de fachada contratada para realizar projetos superfaturados e que não eram executados. Para o delegado Marcelo Freitas, da Polícia Federal de Minas Gerais, o secretário-executivo atuava para facilitar as atividades do Instituto Mundial do Desenvolvimento e da Cidadania no ministério.

O ministro Manoel Dias afirmou também que, após a Operação Esopo, vai pedir a contratação temporária de funcionários para reforçar a equipe que está fazendo um mutirão para verificar a legalidade dos convênios de organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) com a Secretaria de Relações do Trabalho, órgão do ministério.

Leia a íntegra da nota do ex-secretário-executivo:

*Senhor Ministro,*

*Tenho plena convicção de que sempre agi de acordo com os princípios éticos e balizadores da moralidade pública.*

*Com relação ao Aviso nº 128/2012-GM-MTE, tenho a esclarecer a Vossa Excelência que o mesmo foi expedido de boa-fé e amparado exclusivamente em manifestações da área técnica administrativa competente, na forma prevista no parágrafo único, do art. 2º, do Decreto nº 7592/2011.*

*Constam dos processos apreendidos os originais das manifestações técnicas que embasaram a negatificação da entidade, bem como sua posterior reversão.*

*Ressalto que nunca teria assinado o citado Aviso se não houvesse Nota Técnica que servisse de lastro a amparar tal medida, tanto que não acatei a primeira manifestação da área técnica e devolvi os autos para que constasse posicionamento técnico administrativo conclusivo relativamente à superação das irregularidades motivadoras da negativação da entidade.*

*Na realidade, negativar e/ou reverter negativação de entidade em sistema de controle de órgãos governamentais, em face da legislação de regência, é medida que deve ser considerada como sendo de rotina administrativa.*

*Causaram-me surpresa as denúncias envolvendo o nome do servidor Antônio Fernando Decnop Martins, que me foi indicado para o cargo de Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do MTE pelo Secretário Federal de Controle Interno da CGU, por tratar-se de servidor público efetivo dotado das melhores referências profissionais, havendo, inclusive, exercido cargo equiparado na própria Controladoria-Geral da União.*

*Nas minhas duas passagens por este Ministério, Excelência, sempre procurei atuar em parceria estreita com os Órgãos de Controle no sentido de prevenir e coibir eventuais abusos na aplicação de recursos geridos pelo MTE.*

*Finalmente, de modo a preservar a minha família e a imagem deste Ministério, decido solicitar a Vossa Excelência a exoneração do cargo de Secretário-Executivo desta Pasta, para que eu possa contribuir com a elucidação dos fatos e provar a minha inocência perante as instâncias institucionais competentes.*

*Brasília (DF), 10/09/2013*

*Paulo Roberto dos Santos Pinto.”*

Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/09/ex-secretario-pediu-cgu-retirada-de-oscip-de-lista-de-inadimplentes-diz-pf.html>>.

As denúncias são graves e afetam diretamente interesses e recursos federais. Os fatos ganham ainda mais relevo se se observa a amplitude do rol de atribuições<sup>1</sup> do cargo de Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, previsto no Decreto n.º 5.063, de 03 de maio de 2004.

---

<sup>1</sup> “(...) Art. 4º À Secretaria-Executiva compete:

I - auxiliar o Ministro de Estado na formulação de políticas públicas, na definição de diretrizes e programas e na implementação de ações da área de competência do Ministério;

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, prevê a competência do Congresso Nacional para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Assim, a convocação que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em

de setembro de 2013.

**Deputado Vanderlei Macris**  
**PSDB/SP**

---

II - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes do Ministério e da entidade a ele vinculada;

III - supervisionar e coordenar as atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais;

IV - supervisionar as atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério e de suas unidades descentralizadas;

V - supervisionar as atividades relacionadas com o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e

VI - coordenar, no âmbito do Ministério, a elaboração de proposições legislativas sobre matéria trabalhista ou correlata.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISIP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.”